

A DESVALORIZAÇÃO E A SOBRECARGA DOCENTE: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS PERÍCIAS PEDAGÓGICAS NA CAPITAL E REGIÃO METROPOLITANA CEARENSE

TEACHER DEVALUATION AND OVERLOAD: A CRITICAL ANALYSIS OF PEDAGOGICAL EXPERTISE IN THE CAPITAL AND METROPOLITAN REGION OF CEARÁ

DEVALUACIÓN Y SOBRECARGA DOCENTE: UN ANÁLISIS CRÍTICO DE LA EXPERIENCIA PEDAGÓGICA EN LA CAPITAL Y REGIÓN METROPOLITANA DE CEARENSE

Francisco Pereira de Andrade¹
Kevin Cristian Paulino Freires²
Micael Campos da Silva³
Francisco Damião Bezerra⁴
Tereza Maria de Lima⁵
Juliane Aparecida Pereira Borges⁶

RESUMO: Esse artigo buscou analisar criticamente as condições de trabalho dos docentes na capital e região metropolitana cearense, com foco na sobrecarga e desvalorização da profissão, e como esses fatores impactam diretamente a prática pedagógica e a saúde dos professores. Dessa forma, a pesquisa, de natureza quali-quantitativa, utilizou questionários fechados via *Google Forms* e entrevistas realizadas pelo *WhatsApp* para coletar dados quantitativos e qualitativos sobre a percepção dos docentes. Nesse sentido, os resultados indicaram que 95% dos professores consideram suas condições de trabalho ruins, destacando a baixa remuneração, falta de materiais e a sobrecarga de tarefas. Assim, a discrepância salarial entre municípios e a irrelevância das capacitações oferecidas também foram identificadas como questões críticas. Ademais, a análise apontou a carência de políticas públicas eficientes, o assédio moral por parte de gestores e a escassez de profissionais capacitados como fatores agravantes. Em resposta, propôs-se a implementação de políticas como o Fundo Estadual de Equalização Salarial (FEES) e plataformas de formação continuada. Logo, as conclusões destacam a urgência de ações efetivas para valorizar a profissão docente e melhorar as condições de trabalho, garantindo, assim, um ensino de qualidade no estado do Ceará.

484

Palavras-chave: Análise crítica. Capital cearense. Desvalorização docente. Perícias pedagógicas. Região metropolitana cearense. Sobrecarga Docente.

¹Mestre em matemática pela UFERSA.

²Doutorando em ciências da educação pela FICS.

³Mestre em tecnologias emergentes da educação pela MUST UNIVERSITY.

⁴Doutorando em ciências da educação pela FICS.

⁵Doutora em Linguística, Letras e Artes pela UERN.

⁶Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela MUST UNIVERSITY.

ABSTRACT: This article sought to critically analyze the working conditions of teachers in the capital and metropolitan region of Ceará, focusing on the overload and devaluation of the profession, and how these factors directly impact the pedagogical practice and health of teachers. Thus, the research, of a qualitative and quantitative nature, used closed questionnaires via Google Forms and interviews conducted via WhatsApp to collect quantitative and qualitative data on the perception of teachers. In this sense, the results indicated that 95% of teachers consider their working conditions to be poor, highlighting low pay, lack of materials, and overload of tasks. Thus, the salary discrepancy between municipalities and the irrelevance of the training offered were also identified as critical issues. Furthermore, the analysis pointed to the lack of efficient public policies, moral harassment by managers, and the shortage of trained professionals as aggravating factors. In response, the implementation of policies such as the State Fund for Salary Equalization (FEES) and continuing education platforms were proposed. Therefore, the conclusions highlight the urgency of effective actions to value the teaching profession and improve working conditions, thus ensuring quality education in the state of Ceará.

Keywords: Critical analysis. Capital of Ceará. Teacher devaluation. Pedagogical expertise. Metropolitan region of Ceará. Teacher overload.

RESUMEN: Este artículo buscó analizar críticamente las condiciones de trabajo de los docentes en la capital y región metropolitana de Ceará, centrándose en la sobrecarga y devaluación de la profesión, y cómo estos factores impactan directamente la práctica pedagógica y la salud de los docentes. Así, la investigación, de carácter cuali-cuantitativa, utilizó cuestionarios cerrados a través de Google Forms y entrevistas realizadas a través de WhatsApp para recoger datos cuantitativos y cualitativos sobre la percepción de los docentes. En este sentido, los resultados indicaron que el 95% de los docentes consideran malas sus condiciones laborales, destacando bajos salarios, falta de materiales y sobrecarga de tareas. Así, también se identificaron como cuestiones críticas la discrepancia salarial entre municipios y la irrelevancia de la formación ofrecida. Además, el análisis señaló como agravantes la falta de políticas públicas eficientes, el acoso moral por parte de los directivos y la falta de profesionales capacitados. Como respuesta, se propuso implementar políticas como el Fondo Estatal de Equiparación de Salarios (FEES) y plataformas de formación continua. Por lo tanto, las conclusiones resaltan la urgencia de acciones efectivas para valorar la profesión docente y mejorar las condiciones de trabajo, garantizando así una enseñanza de calidad en el estado de Ceará.

Palabras clave: Análisis crítico. Capital de Ceará. Devaluación de la enseñanza. Experiencia pedagógica. Región metropolitana de Ceará. Sobrecarga docente.

INTRODUÇÃO

A desvalorização e a sobrecarga docente representam problemas estruturais e recorrentes no cenário educacional brasileiro, especialmente na capital e na região metropolitana cearense. Historicamente, a docência sempre esteve associada a uma missão de caráter vocacional, o que, por vezes, serve como justificativa para a precarização das condições de trabalho e para a ausência de reconhecimento profissional adequado. Dessa forma, ao longo dos anos, a profissão vem sofrendo com a intensificação das demandas burocráticas, a ampliação da carga horária e a escassez

de recursos, nos quais são fatores que tornam o exercício da docência cada vez mais desgastante e desestimulante.

Além disso, o contexto educacional cearense evidencia um cenário preocupante no qual a sobrecarga de trabalho se alia à desvalorização salarial e à falta de políticas públicas eficientes para garantir condições dignas de trabalho. Consoante a isso, observa-se um aumento expressivo nos afastamentos por questões de saúde mental, bem como um êxodo de profissionais que abandonam a carreira devido à insustentabilidade da rotina docente. Assim sendo, compreender as implicações desse quadro e suas consequências para a educação torna-se essencial para traçar estratégias que valorizem a categoria e promovam uma melhoria no ensino.

À exemplo disso, relatos de docentes que enfrentam assédio moral por parte de gestores abusivos, a imposição de metas irreais e a crescente responsabilização dos professores pelos baixos índices educacionais ilustram a gravidade do problema. Ademais, o despreparo dos órgãos gestores e a falta de investimento eficiente na formação continuada contribuem para o agravamento desse quadro, criando um ambiente de trabalho hostil e desmotivador. Diante disso, o problema desta pesquisa se volta para a análise crítica das perícias pedagógicas no Ceará, considerando como a desvalorização e a sobrecarga docente impactam diretamente a qualidade do ensino, a saúde mental dos professores e a permanência desses profissionais na carreira. Dessa maneira, busca-se compreender os desafios enfrentados pelos docentes e as possíveis estratégias para mitigar os efeitos desse cenário.

Ademais, essa pesquisa se justifica pela necessidade de evidenciar as condições precárias em que muitos professores cearenses exercem suas funções, trazendo à tona as lacunas existentes entre o discurso das políticas educacionais e a realidade enfrentada nas escolas. Outrossim, ao analisar os fatores que contribuem para a desvalorização e a sobrecarga docente, este estudo visa fomentar debates e reflexões que possam subsidiar ações efetivas de valorização profissional. À vista disso, esta pesquisa é relevante por oferecer uma contribuição significativa para a discussão sobre o papel do docente no contexto educacional atual, trazendo à tona questões fundamentais para a formulação de políticas públicas que garantam melhores condições de trabalho. Sendo assim, ao abordar a precarização da docência, busca-se sensibilizar gestores, acadêmicos e a sociedade em geral sobre a urgência de medidas que promovam a valorização dos professores.

Diante do exposto, este trabalho objetiva analisar criticamente as condições de trabalho dos docentes na capital e região metropolitana cearense, investigando os impactos da sobrecarga e da desvalorização na prática pedagógica e na saúde dos profissionais. Além do mais, pretende-

se compreender os fatores que contribuem para esse quadro e propor reflexões sobre estratégias que possam minimizar os danos causados pela precarização do ensino. Assim, para atingir esse objetivo, cabe-se ressaltar que o estudo constitui-se de uma investigação bibliográfica de natureza quali-quantitativa, com objetivos exploratório e descritivo. Para a coleta de dados, será utilizado um questionário fechado via *Google Forms*, permitindo obter informações quantitativas sobre a percepção dos professores acerca do tema, bem como serão realizadas entrevistas via *WhatsApp* para ampliação dos relatos e compreensão dos desafios enfrentados pelos docentes de Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Maranguape, Pacatuba, Eusébio e Aquiraz.

No que tange ao percurso teórico, esta pesquisa se fundamenta na pesquisa de Freires *et al.* (2023), que discute a precarização da docência, a sobrecarga de trabalho e a saúde mental dos professores. Como por exemplo, será abordada a relação entre gestão escolar e bem-estar docente, bem como o impacto das condições de trabalho na qualidade do ensino. Além disso, serão analisadas legislações e diretrizes educacionais que regulam a profissão docente no Brasil, bem como no estado do Ceará.

Sendo assim, a estrutura deste trabalho está organizada da seguinte forma: no primeiro capítulo, discute-se a atuação de diretores e gestores abusivos e suas implicações no ambiente escolar e na saúde mental dos docentes. No segundo capítulo, aborda-se a inércia da participação dos docentes no processo de tomada de decisões, bem como a responsabilização indevida imposta a esses profissionais. No terceiro capítulo, analisa-se a desassistência das Secretarias de Educação e Prefeituras, destacando o abismo entre o discurso e a prática educacional. No quarto capítulo, explora-se a questão dos baixos salários e das disparidades regionais no reconhecimento profissional dos docentes no Ceará. No quinto capítulo, reflete-se sobre a falta de formação profissional de qualidade e a efetividade das capacitações na prática pedagógica. No sexto capítulo, examina-se a carência de recursos e o impacto da ausência de materiais básicos na execução das aulas. No sétimo capítulo, discute-se a exigência da versatilidade excessiva do professor, que muitas vezes assume funções que vão além de sua atuação pedagógica.

Ainda assim, no oitavo capítulo, analisa-se a presença de professores doentes nas salas de aula e as consequências da sobrecarga de trabalho na saúde dos educadores. No nono capítulo, aborda-se a escassez de profissionais na educação e suas implicações para o ensino. No décimo capítulo, discute-se a falta de interesse dos alunos e as limitações das metodologias ativas sem o suporte necessário. No décimo primeiro capítulo, examina-se a ausência de direitos trabalhistas e auxílios para os docentes. No décimo segundo capítulo, reflete-se sobre a falta de suporte

educacional e a carência de profissionais de apoio nas escolas. No décimo terceiro capítulo, analisa-se a maquiagem de resultados nas políticas educacionais, contrapondo os discursos de melhoria com a realidade da defasagem escolar. Por fim, nas considerações finais, apresentam-se as reflexões finais sobre os desafios enfrentados pelos docentes e as possíveis medidas para valorização da profissão.

DIRETORES E GESTORES ABUSIVOS: IMPLICAÇÕES NO AMBIENTE ESCOLAR E NA SAÚDE MENTAL DOS DOCENTES

A gestão escolar desempenha um papel fundamental na construção de um ambiente de trabalho saudável para os docentes. No entanto, a realidade observada na capital e na região metropolitana cearense revela que muitos professores enfrentam situações de abuso por parte de diretores e gestores, especificações por pressões excessivas, metas irreais e assédio moral. Dessa forma, a falta de suporte adequado por parte da gestão contribui diretamente para o adoecimento mental dos educadores, gerando um clima organizacional tóxico que afeta a qualidade do ensino.

Além disso, os dados coletados no questionário aplicado a 500 professores indicam que 72% dos docentes afirmaram já ter sofrido algum tipo de abuso ou perseguição por parte da gestão escolar. Consoante isso, as entrevistas realizadas via WhatsApp revelaram relatos de professores que foram expostos a situações de humilhação pública, ameaças veladas e retaliações por expressarem opiniões relativas às decisões da direção. Tais práticas configuram um ambiente de medo e insegurança, levando muitos docentes a desenvolverem transtornos psicológicos, como ansiedade e depressão.

Assim sendo, a perpetuação de gestões abusivas nas escolas é um reflexo da falta de fiscalização e de mecanismos eficientes de denúncia. Em muitos casos, os docentes, por medo de represálias, veem obrigados a suportar abusos calados, o que contribui para um ciclo de sofrimento psicológico e insatisfação profissional. Quando a liderança da escola não é baseada no respeito e na valorização do professor, toda a estrutura educacional entra em colapso, afetando diretamente a aprendizagem dos alunos e o clima organizacional da instituição.

Como solução, seria interessante a criação de ouvidorias independentes, geridas por entidades externas às secretarias municipais de educação, nos quais os professores poderiam relatar casos de abuso de poder sem medo de represálias. Além disso, treinamentos para diretores, coordenadores e núcleo gestor no geral, enfatizando liderança humanizada e gestão democrática, poderiam minimizar práticas autoritárias dentro do ambiente escolar, bem como avaliação por

partes dos docentes, discentes e comunidade para compreender como se dá o uso de poder hierárquico dentro das instituições de ensino.

A INÉRCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS PAIS: A FUGA DA RESPONSABILIDADE E A CULPABILIZAÇÃO DOS DOCENTES

O envolvimento da família no processo educacional é essencial para o desenvolvimento acadêmico dos alunos. No entanto, Freires *et al.* (2023) evidencia que a participação dos pais ainda é limitada, refletindo uma transferência de responsabilidades para os professores. Dessa forma, muitos docentes acabam sendo responsabilizados pelo desempenho insatisfatório dos alunos, mesmo quando fatores externos, como a falta de acompanhamento familiar, são determinantes no rendimento escolar.

Desse modo, os resultados do questionário apontam que 68% dos professores apontam que os pais não acompanham a vida escolar dos filhos, e 80% afirmaram já terem sido culpados pelo fracasso escolar de seus alunos por responsáveis ou gestores. Outrossim, as entrevistas revelaram que, em muitos casos, os docentes são pressionados a encontrar soluções pedagógicas para problemas estruturais que vão além de sua alçada, sobrecarregando ainda mais sua função.

Assim, a educação deveria ser um trabalho compartilhado entre escola e família, mas, na prática, o professor muitas vezes assume um papel que deveria ser dos pais. Ou seja, essa falta de envolvimento parental não só prejudica a aprendizagem dos alunos, mas também cria uma cultura de desvalorização do ensino, na qual a escola se torna um espaço de mero cumprimento de obrigações, e não um ambiente de desenvolvimento integral.

Com isso, uma solução possível seria a implementação de incentivos diretos para a participação dos pais na vida escolar, como benefícios fiscais para aqueles que comparecem regularmente às reuniões e acompanham o desempenho acadêmico dos filhos. Além disso, criar um “pacto de corresponsabilidade” entre escola e família, com metas e compromissos mútuos, ajudaria a conscientizar os responsáveis sobre seu papel na educação de seus filhos.

A DESASSISTÊNCIA DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E PREFEITURAS: O ABISMO ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA EDUCACIONAL

Embora os discursos oficiais muitas vezes enfatizam o compromisso com a valorização docente e a qualidade da educação, a realidade enfrentada pelos professores demonstra um grande descompasso entre as promessas e as ações efetivadas. À vista disso, a ausência de investimentos

adequados, a falta de infraestrutura e a negligência em relação às condições de trabalho dos docentes evidenciam a precarização da profissão.

Segundo os dados obtidos, 85% dos professores apontam que as políticas educacionais municipais não atendem às reais necessidades das escolas. Como por exemplo, a falta de pagamento de benefícios trabalhistas, a demora na reposição de materiais didáticos e a inexistência de programas eficientes de apoio psicopedagógico são algumas das questões apontadas pelos entrevistados. Dessa maneira, a ausência de suporte institucional contribui para a perpetuação da sobrecarga docente.

Ademais, o distanciamento entre as decisões administrativas e a realidade da sala de aula escancara um problema estrutural de gestão educacional. Muitos dirigentes que formulam políticas públicas desconhecem os desafios concretos enfrentados pelos professores, resultando em programas ineficientes e sem impacto real na melhoria das condições de ensino.

Para minimizar esse problema, uma solução viável seria a inserção obrigatória de professores da rede pública na formulação de políticas educacionais, nos quais poderiam criar conselhos de gestores compostos por docentes em atividade garantiria que as decisões fossem embasadas na realidade escolar, exigindo o não abismo entre a teoria e a prática, bem como uma assistência definitivamente real por meio das secretarias de educação e da prefeitura.

Além do mais, os dados dessa pesquisa apontam que a realidade dos professores temporários no Ceará, especialmente em municípios metropolitanos menores, revela um cenário preocupante de assédio moral, manipulação política e corrupção nas seleções públicas, nos quais muitas prefeituras utilizam contratos temporários como ferramenta de controle sobre os educadores, sujeitando-os a pressões políticas, ameaças veladas e até mesmo represálias por não se alinharem a determinados grupos ou interesses. Consoante a isso, os dados revelaram que dos 500 professores entrevistados, 389 docentes apontaram que os municípios de Maracanaú, Caucaia e Maranguape são os os municípios mais evidentes com questões de desvalorização, desgaste e sobrecarga, bem como de assédio moral, manipulação política e corrupção nas seleções públicas.

E, também, prefeitos e vereadores frequentemente exercem influência direta sobre a contratação e manutenção desses professores, tornando-os reféns de um sistema que ignora o mérito e favorece apadrinhamentos políticos. Ademais, como o Ministério Público (MP) raramente fiscaliza com rigor esses processos, a corrupção se perpetua, resultando em um quadro no qual o número de professores temporários muitas vezes supera o de efetivos, comprometendo a estabilidade da educação, bem como vai contra a lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional - LDB), no qual o artigo 67 da LDB determina que os sistemas de ensino devem garantir "valorização dos profissionais da educação", assegurando estabilidade, formação continuada e plano de carreira. Além disso, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, estabelece a obrigatoriedade de ingresso no serviço público por meio de concurso público, o que deveria garantir um quadro de professores efetivos e impedir o uso excessivo de contratos temporários.

Nesse viés, a realidade, contudo, é bem diferente, pois muitos municípios ignoram essas normas, utilizando seleções simplificadas e contratações emergenciais como regra, e não como exceção, no qual isso abre espaço para apadrinhamento político, fragilidade nos vínculos trabalhistas e precarização da profissão docente, prejudicando não apenas os professores, mas também a qualidade da educação oferecida aos estudantes. Assim, sem uma fiscalização mais rígida por parte dos órgãos de controle, esse ciclo de irregularidades tende a se perpetuar, mantendo os professores reféns de gestões municipais que priorizam interesses políticos em detrimento da educação pública.

A partir dessa ótica, reitera-se que a falta de estabilidade profissional não apenas precariza a carreira docente, mas também afeta diretamente a qualidade do ensino. Dessa maneira, professores temporários vivem sob constante ameaça de não terem seus contratos renovados caso questionem práticas abusivas ou reivindiquem direitos básicos. Além disso, o alto índice de contratações precárias dificulta a construção de um projeto pedagógico de longo prazo nas escolas, pois a rotatividade constante dos educadores compromete a continuidade do ensino e a relação professor-aluno.

Para enfrentar essa realidade, é fundamental exigir maior fiscalização dos processos seletivos e a ampliação do quadro de professores efetivos, reduzindo a dependência de contratos temporários. Assim, a criação de um órgão independente, vinculado a instâncias superiores do Ministério da Educação e Ministério Público, para monitorar e auditar concursos e contratações municipais, poderia ser uma solução para combater a corrupção e o assédio moral. Outrossim, leis mais rígidas devem ser implementadas para punir gestores que utilizam cargos na educação como moeda de troca política, garantindo que a escolha de docentes seja baseada exclusivamente em critérios técnicos e pedagógicos, e não em interesses eleitorais.

BAIXOS SALÁRIOS E DISPARIDADES REGIONAIS: A DESIGUALDADE NO RECONHECIMENTO PROFISSIONAL NO CEARÁ

O fator financeiro é um dos principais elementos que contribuem para a desmotivação dos professores. No Ceará, a disparidade salarial entre os municípios reflete uma realidade de desvalorização, em que docentes que desempenham a mesma função recebem remunerações significativamente diferentes.

Nesse sentido, os dados encontrados demonstram que 95% dos professores apresentam suas especificidades incompatíveis com a carga horária de trabalho e a complexidade da profissão. Além disso, esta pesquisa revelou discrepâncias salariais expressivas entre diferentes localidades: enquanto o salário hora/aula em Fortaleza é de aproximadamente R\$ 35,00, em Pacatuba é de aproximadamente R\$ 19,00, em Maracanaú é de aproximadamente R\$ 24,00, em Maranguape é de aproximadamente R\$ 18,00, em Caucaia é de aproximadamente R\$ 27,00, e o valor das escolas estaduais é de aproximadamente R\$ 25,00. Sendo assim, essa diferença impacta diretamente na qualidade de vida dos docentes e pode ser um dos fatores que apontam para o crescente abandono da profissão.

Além do mais, a desvalorização financeira do professor é um dos principais fatores que contribuem para a evasão docente e a baixa qualidade da educação. Como esperar um ensino de excelência se os profissionais que sustentam esse sistema são mal remunerados e obrigados a acumular cargas horárias excessivas para complementar sua renda? Com isso, uma solução inovadora seria a implementação de um Fundo Estadual de Equalização Salarial (FEES), que garantiria um salário-mínimo unificado para professores da rede pública em todo o estado, em especial, no Ceará, no qual essa medida reduziria as disparidades regionais e evitaria que os municípios mais pobres ficassem em troca na contratação de docentes.

A FALTA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE QUALIDADE: REFLEXÕES SOBRE A EFETIVIDADE DAS CAPACITAÇÕES NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Embora a formação continuada seja um dos pilares para o aprimoramento da prática docente, muitos professores relatam que os cursos oferecidos pelas Secretarias de Educação são superficiais, pouco aplicáveis à realidade da sala de aula e descontextualizados das demandas reais do ensino. Conforme apontado no questionário, 78% dos professores consideram que as capacitações oferecidas aos órgãos públicos não são significativamente relevantes para sua prática pedagógica. Desta forma, a ausência de formações que dialoguem com as necessidades reais dos

docentes acaba por comprometer o desenvolvimento profissional e, conseqüentemente, a qualidade do ensino, bem como o processo de aprendizagem estudantil.

Desse modo, a formação docente contínua é essencial para a atualização profissional, mas, quando mal planejada, torna-se apenas uma formalidade burocrática, nos quais muitas capacitações não dialogam com a realidade dos professores, tornando-se ineficientes na resolução dos desafios diários da sala de aula. Assim sendo, uma solução seria a criação de plataformas digitais interativas de formação, em que os professores poderiam escolher cursos conforme suas necessidades, com *feedbacks* contínuos e certificações reconhecidas. Além disso, seria essencial que a formação fosse acompanhada de uma aplicação prática, com monitoramento de impacto na aprendizagem dos estudantes, bem como o desenvolvimento do docente.

A CARÊNCIA DE RECURSOS: O IMPACTO DA AUSÊNCIA DE MATERIAIS BÁSICOS NA EXECUÇÃO DAS AULAS

A falta de materiais básicos, como pinceis, papel, tinta para impressão, quadros e equipamentos tecnológicos, é uma realidade constante nas escolas da região metropolitana cearense, bem como na capital. Com isso, muitos professores precisam arcar com esses custos ou adaptar metodologias para contornar a escassez desses recursos, que são primários e essenciais para o andamento de aulas diferenciadas, ou até mesmo com aulas tradicionalistas. Segundo os dados obtidos neste trabalho, 90% dos docentes afirmam que já precisaram utilizar recursos próprios para adquirir materiais para suas aulas. Além do mais, essa carência afeta diretamente a qualidade das atividades pedagógicas e limita a implementação de metodologias ativas, comprometendo a aprendizagem dos alunos.

Nessa perspectiva, a falta de materiais básicos compromete diretamente a qualidade do ensino e obriga os professores a improvisar estratégias que nem sempre são suficientes para suprir as necessidades pedagógicas, no qual essa carência reflete a precarização da educação pública e o descaso com as condições de trabalho docente. Portanto, uma solução viável seria a criação de um sistema de financiamento coletivo estadual, em que as empresas privadas pudessem destinar recursos diretamente para escolas cadastradas, garantindo transparência na aplicação dos investimentos, no qual esse modelo permitiria que instituições que mais avançassem fossem priorizadas e recebessem suporte contínuo.

A EXIGÊNCIA DA VERSATILIDADE EXCESSIVA: O PROFESSOR COMO "XUXA" EM DETRIMENTO DA SUA FUNÇÃO PEDAGÓGICA

No contexto educacional contemporâneo, observa-se uma pressão crescente para que o professor desempenhe papéis múltiplos dentro da escola. Além de ministrar aulas, espera-se que ele atue como mediador de conflitos, assistente social, psicólogo e até mesmo animador, buscando constantemente métodos para prender a atenção dos alunos, no qual essa exigência de estresse excessivo transforma o docente em um verdadeiro “*showman*”, desviando-o de sua real função pedagógica. Nesse viés, a expressão “professor como Xuxa” faz referência ao icônico papel da apresentadora infantil, que necessita entreter seu público com músicas, brincadeiras e um estilo vibrante para manter o envolvimento das crianças.

Desse modo, essa realidade leva a um grande equívoco: ao invés de valorizar métodos de ensino bem estruturados, fundamentados na pedagogia e na didática, muitos professores sentem-se obrigados a transformar suas aulas em espetáculos para conseguir captar a atenção mínima dos alunos. À vista disso, essa estratégia, embora possa surtir efeito a curto prazo, não resolve o problema central da falta de interesse e engajamento dos estudantes. Ademais, ao transformar a sala de aula em um palco, desvia-se do foco principal do ensino, que deveria ser a construção do conhecimento e o desenvolvimento do pensamento crítico.

494

Ainda assim, a necessidade de compensar o modelo educacional torna-se evidente. Em vez de sobrecarregar os professores com a obrigação de serem “animadores de plateia”, é essencial investir em estratégias pedagógicas que promovam um envolvimento genuíno dos alunos no aprendizado, garantindo um ambiente que favoreça o ensino sem que o professor precise recorrendo ao entretenimento exagerado como única alternativa para manter a disciplina e a atenção da turma. Sendo assim, os dados da pesquisa revelam que 74% dos professores sentem que desempenham funções que deveriam ser desempenhadas por outros profissionais, no qual essa exigência compromete o tempo e a energia que devem ser direcionadas à prática pedagógica, prejudicando o desempenho profissional e a saúde mental dos docentes.

Assim, uma solução possível seria a implementação de metodologias ativas bem estruturadas, aliadas a políticas públicas que garantem suporte pedagógico e disciplinar dentro das escolas, permitindo que o professor se concentre em sua função principal: ensinar. Assim sendo, para solucionar esse problema, seria essencial reestruturar as equipes pedagógicas, garantindo que cada profissional atue dentro de suas atribuições específicas, no qual essa reorganização não tem o objetivo de excluir a presença de assistentes sociais e psicólogos, mas sim de otimizar a atuação

dos profissionais já presentes na equipe pedagógica. Logo, busca-se oportunizar um ambiente escolar mais equilibrado, no qual cada profissional possa contribuir de maneira eficiente para o desenvolvimento dos estudantes, o bem-estar de si próprios e o bom funcionamento da instituição.

A PRESENÇA DE PROFESSORES DOENTES NAS SALAS DE AULA: COMO A SOBRECARGA DE TRABALHO PREJUDICA A SAÚDE DOS EDUCADORES

A sobrecarga de trabalho tem sido apontada como um dos principais fatores que afetam a saúde mental e física dos docentes. De acordo com Freires *et al.* (2023), o termo "burnout" está diretamente associado à sobrecarga docente, no qual o autor descreve esse termo como o esgotamento emocional, físico e mental causado pelo estresse no ambiente de trabalho. Além disso, professores enfrentam longas jornadas, baixas tensões e falta de reconhecimento, fatores que afetam o aumento de doenças ocupacionais, como transtornos de ansiedade e depressão.

Em Fortaleza, onde o salário hora/aula gira em torno de R\$ 35, e em municípios como Pacatuba e Maranguape, no qual esse valor cai para R\$ 18, muitos professores acumulam múltiplos vínculos empregatícios para garantir uma renda mínima que se aproxime do piso salarial do magistério, que mais uma vez, a partir deste estudo, pode-se ressaltar que esse piso salarial acaba sendo negligenciado pelas prefeituras, ou seja, esse atitude fora da lei acaba submetendo o docente a ampliar sua jornada, que reflete mais ainda esse cenário de desvalorização, sobrecarga e desgaste profissional.

Ainda assim, dados da pesquisa realizada apontam que 78% dos professores entrevistados relataram sintomas de esgotamento mental e físico, sendo as principais queixas de ansiedade (62%), insônia (55%) e dores musculares crônicas (47%). Além disso, 36% dos docentes afirmaram já ter recorrido a afastamentos médicos por problemas psicológicos nos últimos dois anos, evidenciando o impacto da sobrecarga sobre a saúde desses profissionais. Com isso, essa situação demonstra que a precarização da carreira docente não se resume apenas à remuneração, mas também à falta de políticas de bem-estar e suporte psicológico para os professores. Ou seja, a sobrecarga é um fator que não apenas reduz a qualidade do ensino, mas também aumenta o número de licenças médicas, gerando um ciclo de instabilidade educacional e ampliando a escassez de docentes. Ainda, cabe ser aqui evidenciado que muitos quadros de desvalorização, sobrecarga e desgaste acaba fazendo com que muitos professores mesmos após retornando de um longo período de licença acabe sendo um professor readaptado, pois essa tríade maligna que ainda persiste no sistema educacional cearense acaba deixando sequelas irreparáveis nos docentes

Sendo assim, uma solução seria a implementação de centros de acolhimento e suporte psicológico para professores dentro das regionais de ensino, funcionando de maneira semelhante aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), nos quais essas aberturas permitiram oferecer planejamento especializado, estratégias de gerenciamento de estresse e escritórios de bem-estar, reduzindo o impacto emocional do trabalho docente e promovendo a permanência dos profissionais na carreira.

O APAGÃO DE PROFESSORES: A ESCASSEZ DE PROFISSIONAIS E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO

A falta de professores capacitados é um problema crescente na educação básica. Segundo dados do Censo Escolar (INEP, 2023), há um déficit significativo de docentes, em especial, em disciplinas como Física, Química e Matemática, no qual essa carência leva à sobrecarga dos professores em exercício e exige a qualidade do ensino, que está prevista na Constituição Federal de 1988, pois muitas escolas recorrem a profissionais sem formação específica na área. Dessa forma, esta pesquisa aponta que a precarização da carreira docente e a baixa atratividade da profissão no estado cearense fazem com que menos jovens optem pelo magistério, agravando o problema. Nas cidades da Região Metropolitana de Fortaleza, nos quais os salários são ainda menores que na capital, a dificuldade de contratação é ainda mais acentuada, resultando em salas de aula superlotadas e aumento do número de horas trabalhadas pelos professores. Ou seja, um exemplo disso foi apontado pelos professores de Caucaia-CE, nos quais apontaram que escolas de difícil (disputa de região por facção predominante no local, difícil possibilidade de locomoção, etc) acesso são as regiões às quais nenhum professor quer ser lotado para atuação docente, bem como escolas nas regiões metropolitanas ou da própria capital, que são zonas de risco, possuem difícil acesso locomotivo, dentre outros.

Assim sendo, o levantamento realizado revelou que 52% dos professores pretendem abandonar a profissão, citando como principais motivos os baixos níveis de trabalho (83%), a falta de valorização (71%) e as condições precárias de trabalho (68%). Desse modo, esse cenário se agrava em cidades como Pacatuba e Maranguape, nos quais os salários chegam a ser 47% menores que em Fortaleza, dificultando a atração e a retenção de profissionais. Com isso, a escassez de docentes não é apenas um problema quantitativo, mas um reflexo de um sistema que não valoriza a educação como pilar essencial da sociedade. Sem incentivos financeiros e estruturais, os jovens talentos que puderam ingressar no magistério optam por carreiras que trazem mais resultados e

que os mesmos sejam bem mais remunerados, gerando um uma sensação de descartibilidade na formação de futuras gerações de professores. Logo, uma solução inicial seria a criação de um sistema de bolsas estaduais para formação e fixação de professores em áreas de maior carência, no qual tem-se como inspiração no Programa Mais Médicos, ou seja, esse modelo garantiria um auxílio financeiro para formação em licenciaturas estratégicas e um bônus salarial para profissionais que optaram por atuar em regiões onde há escassez de docentes, diminuindo a evasão de carreira.

Por fim, o Programa Pé-de-Meia Universitário representa um avanço importante no incentivo à formação de professores, especialmente para os cursos de licenciatura, que historicamente sofrem com baixa atratividade. Além disso, a ideia de oferecer uma bolsa para estudantes da área tem como objetivo minimizar a evasão, garantir melhores condições para a permanência no curso e, conseqüentemente, fortalecer a educação básica no futuro. No entanto, o programa não resolve o problema estrutural da carreira docente, pois a desvalorização profissional persiste após a formação. Embora o incentivo financeiro possa aumentar o número de ingressantes e concluintes em cursos de licenciatura, a realidade pós-formação continua sendo desmotivadora: baixos salários, falta de benefícios, condições precárias de trabalho, ausência de suporte pedagógico e psicológico, além da pressão por resultados artificiais. Ou seja, isso faz com que muitos licenciados busquem outras carreiras ou tentem ingressar no setor privado, no qual há mais estabilidade e melhores remunerações.

Portanto, enquanto o Pé-de-Meia Universitário ataca a formação inicial, ele não resolve a retenção e valorização da profissão a longo prazo. Para que a iniciativa tenha um impacto real, seria necessário um plano de carreira docente estruturado, com salários atrativos, progressão justa e melhores condições de trabalho. Sem isso, o programa corre o risco de apenas formar mais professores para um sistema que os descarta, perpetuando o ciclo de escassez e desvalorização na educação pública.

A FALTA DE INTERESSE DOS ALUNOS: A LIMITAÇÃO DAS METODOLOGIAS ATIVAS SEM O APOIO NECESSÁRIO PARA SUA EFETIVIDADE

As metodologias ativas, como a Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) e a sala de aula invertida, foram apontadas por Freires *et al.* (2023) como estratégias estratégicas para engajar os alunos no processo de ensino-aprendizagem. No entanto, sem o suporte adequado – como

tecnologia disponível, formação docente contínua e infraestrutura incluída –, essas metodologias se tornam inviáveis.

Dessa maneira, esta pesquisa aponta a partir das reflexões docentes que a resistência dos alunos ao aprendizado está associada não apenas a fatores sociais e econômicos, mas também à dificuldade de implementação de abordagens inovadoras devido à falta de recursos e apoio institucional. Ou seja, salienta-se que Freires *et al.* (2023) já indicava que a eficiência das metodologias depende de um ambiente escolar estruturado, algo que ainda é um desafio na educação pública brasileira, em especial, no Ceará.

Dessa forma, os dados da pesquisa indicam que 74% dos professores assumiram que enfrentam resistência dos alunos em metodologias ativas, sendo as principais barreiras a falta de equipamentos adequados (65%), a ausência de formação continuada para docentes (58%) e a falta de engajamento da comunidade escolar (53%). Além disso, 41% dos educadores afirmaram que já desistiram de implementar essas metodologias por falta de suporte institucional. Nesse sentido, o desinteresse dos alunos não é um reflexo apenas de mudanças comportamentais, mas também de um sistema educacional que insiste em inovar sem oferecer as ferramentas possíveis. Ademais, deve-se pontuar que sem infraestrutura e formação adequada, às metodologias ativas tornam-se apenas discursos teóricos sem aplicabilidade real, frustrando tanto professores quanto estudantes, que é o que vem ocorrendo na capital cearense, principalmente nas regiões metropolitanas.

Com isso, uma solução eficiente seria a adoção de “Escolas Laboratório”, no qual cada regional de ensino contaria com pelo menos um modelo de escola equipado para aplicação de metodologias ativas. Logo, nessas unidades, os professores seriam capacitados, testariam práticas inovadoras e depois disseminariam os conhecimentos adquiridos para outras escolas da rede, garantindo uma implementação mais estruturada e realista.

A FALTA DE DIREITOS TRABALHISTAS E AUXÍLIOS: O IMPACTO DA CARÊNCIA DE SUPORTE LEGAL E INSTITUCIONAL PARA OS DOCENTES

A ausência de direitos trabalhistas básicos, como plano de carreira adequado, reajustes salariais e benefícios, tem sido um dos principais fatores que desestimulam a permanência na profissão docente, nos quais muitos professores, principalmente na rede pública municipal, trabalham sem acesso aos auxílios fundamentais, como plano de saúde e licença remunerada para formação continuada. A partir dessa pesquisa, aponta-se que a desvalorização da carreira docente é um dos principais fatores que apontam para a evasão da profissão, bem como outros aqui já

discutidos e descritos. Dessa maneira, salienta-se que em locais onde a remuneração é mais baixa, como Pacatuba e Maranguape, a insatisfação é ainda mais evidente, resultando em uma alta rotatividade de profissionais nas escolas.

Nessa perspectiva, esta pesquisa aponta que 63% dos professores não possuem acesso a benefícios básicos, como plano de saúde ou auxílio-alimentação, sendo que 48% afirmaram dificuldades financeiras severas no último ano. Desse modo, o impacto dessa falta de suporte é sentido diretamente na qualidade do ensino, já que professores sobrecarregados e desvalorizados tendem a se desmotivar e buscar alternativas fora da educação. Além disso, a precarização do trabalho docente não é uma consequência isolada, mas uma escolha política e estrutural, no qual o desmonte dos direitos trabalhistas na educação reflete um modelo que vê a docência como uma profissão secundária, ignorando o impacto direto da valorização docente no desenvolvimento da sociedade.

Sendo assim, uma proposta seria a criação de um fundo estadual de valorização docente, com financiamento misto entre governo e iniciativa privada, para garantir benefícios essenciais aos professores, no qual esse fundo poderia custar auxílios como plano de saúde, acesso a cursos de formação e bônus por desempenho, garantindo maior segurança e estabilidade aos profissionais, nos quais 98% dos professores entrevistados apontam (e já foram assim denominados) que são considerados apenas matrículas substituíveis, ou seja, perdem o essencial, que é ser ‘tratado como um indivíduo’, e não como um animal, ou mero objeto batido de metas, e, até mesmo um simples controlador de estudantes, no qual eles mesmos já retratam terem sido vítimas de denominações pejorativas e indevidas, bem como o não reconhecimento de ser um indivíduo, mas uma máquina que sequer pode ficar doente, e, essa atitude gera um desgaste e sobrecarga que extrapola o mental e físico.

Assim sendo, salienta-se que os sindicatos deveriam ser ferramentas essenciais para a defesa dos direitos dos professores, garantindo melhores condições de trabalho, salários justos e segurança profissional. No entanto, em muitos municípios, como Pacatuba, e, principalmente em Maracanaú e Maranguape, o que se observa é justamente o contrário: sindicatos que, ao invés de atuarem como porta-voz dos docentes, se tornam instrumentos de opressão, manipulação e controle político. Dessa maneira, muitas dessas entidades acabam sendo cooptadas por prefeitos e vereadores, tornando-se meras extensões do poder municipal, sem independência real para lutar pelos interesses da categoria. Em vez de enfrentarem a precarização da profissão e o assédio moral sofrido pelos professores temporários, alguns sindicatos silenciam-se diante das injustiças ou, pior,

atuam contra os próprios docentes, desmobilizando greves, censurando reivindicações legítimas e promovendo acordos que beneficiam mais os gestores do que os trabalhadores da educação, nos quais os dados dessa pesquisa apontam que essa prática se torna mais presente em Maracanaú e Maranguape.

Portanto, o problema se agrava quando os sindicatos se tornam feudos políticos, nos quais a diretoria se perpetua no poder, dificultando qualquer renovação ou maior participação dos professores na tomada de decisões. Em alguns casos, os sindicatos sequer informam corretamente os docentes sobre seus direitos, impedindo-os de reivindicar melhorias ou denunciar abusos, no qual esse cenário gera um clima de desconfiança e descrença na representatividade sindical, levando muitos professores a não se associarem ou a ignorarem as ações sindicais, o que enfraquece ainda mais a luta coletiva. Assim sendo, uma solução para essa realidade seria a criação de um mecanismo de fiscalização independente para sindicatos, com auditorias regulares e transparência obrigatória na gestão de recursos e tomadas de decisão. Além do mais, a exigência de eleições mais democráticas e abertas para as diretorias sindicais poderia impedir a perpetuação de grupos no poder, garantindo que os sindicatos realmente representem os professores e não os interesses de prefeitos, vereadores ou partidos políticos. Logo, os docentes precisam se unir para recuperar o propósito original dessas entidades, pressionando por mudanças estruturais e fortalecendo associações independentes que realmente os defendam.

A FALTA DE SUPORTE EDUCACIONAL: A AUSÊNCIA DE PROFISSIONAIS DE APOIO NAS ESCOLAS

O suporte educacional adequado exige uma equipe multidisciplinar composta por psicólogos, pedagogos, assistentes sociais e mediadores escolares. No entanto, a falta ou quantidade mínima (1 ou 2) desses profissionais na maioria das escolas públicas brasileiras impacta diretamente o desempenho dos alunos e a saúde mental dos professores. Segundo Freires *et al.* (2023), o suporte pedagógico é essencial para o desenvolvimento de estratégias inclusivas e para a gestão dos desafios que emergem na sala de aula. No Ceará, mais especificamente na capital e região metropolitana, a pesquisa aponta que muitos docentes assumem funções que deveriam ser desempenhadas por outros profissionais, sobrecarregando ainda mais sua rotina. Assim, a ausência ou quantidade mínima desses profissionais (que pode ser compreendida como ou 1 ou 2 profissionais para mais de 10 crianças) de equipes de apoio também prejudica a inclusão de alunos com deficiência, tornando o ensino menos acessível e equitativo.

Desse modo, os dados coletados mostram que 82% dos professores afirmaram que lidam sozinhos com problemas de ordem psicológica, social e comportamental dos alunos, sendo que 67% afirmaram já ter precisado agir como assistentes sociais ou psicólogos dentro da escola, no qual deve ser pontuado que esse acúmulo de prejuízos no ensino aumenta ainda mais o desgaste mental dos docentes. Ademais, a ausência de profissionais ou quantidade mínima de apoio nas escolas evidencia uma falha estrutural grave no sistema educacional. Enquanto os países desenvolvidos contam com equipes multidisciplinares composta por uma grande equipe nas escolas, no Brasil, em especial, na capital e região metropolitana cearense, o professor é frequentemente o único responsável por lidar com situações que exigiam suporte especializado, comprometendo tanto sua saúde quanto o desenvolvimento dos discentes.

Com isso, uma solução seria a criação de um programa de estágio remunerado para psicólogos e assistentes sociais nas escolas públicas, bem como a contratação de cuidadores e professores de Atendimento Educacional Especializado, garantindo suporte qualificado sem onerar os cofres públicos, no qual esse modelo permitiria que os profissionais em formação adquirissem experiência prática, enquanto os professores tivessem um suporte essencial para lidar com questões que vão além do ensino formal.

A MAQUIAGEM DE RESULTADOS: O DISCURSO DE MELHORIA NA EDUCAÇÃO CEARENSE E A REALIDADE DA DEFASAGEM ESCOLAR

Indicadores educacionais são frequentemente usados para demonstrar avanços na qualidade do ensino, mas há um descompasso entre os dados apresentados e a realidade vivenciada nas escolas cearenses. Dessa forma, estudos de Freires *et al.* (2023) sugerem que as políticas educacionais muitas vezes priorizam estatísticas detalhadas em detrimento de soluções estruturais que efetivamente melhorem a qualidade do ensino, nos quais os relatos dos professores relataram que práticas como aprovação automática, flexibilização de critérios de desempenho e pressão para apresentação de bons índices mascaram problemas reais, como a falta de aprendizado eficiente e a defasagem escolar. Nesse sentido, o Ceará no geral, mas, em especial, a região metropolitana e capital são frequentemente citados como referência em avanços educacionais, mas, na prática, a ausência de condições inadequadas de trabalho e a falta de investimentos estruturais comprometem os resultados esperados.

Além do mais, a pesquisa revelou que 57% dos professores afirmaram já ter sido pressionados a flexibilizar notas ou aprovar aulas sem o aprendizado necessário, e 61% consideram

que os indicadores educacionais divulgados pelo governo não refletem a realidade das salas de aula, no qual isso demonstra que, muitas vezes, os dados estatísticos mascaram uma defasagem severa, dificultando a formulação de políticas públicas eficientes, principalmente no município de Caucaia, Pacatuba, Maranguape e Maracanaú. Desse modo, a busca por bons índices tem se tornado uma política de prioridade, muitas vezes em detrimento de mudanças estruturais reais, no qual a melhoria nos números nem sempre significa uma melhoria na qualidade do ensino, mas sim a adoção de estratégias que minimizem reprovações sem garantir o aprendizado eficiente, criando um ciclo de desvalorização da educação pública.

Com isso, uma solução seria a implementação de um Índice de Qualidade Docente (IQD), que avaliaria não apenas a aprovação dos alunos, mas também fatores como suporte ao professor, condições de trabalho e impacto social da escola, no qual esse índice traria uma visão mais realista da educação e serviria como base para políticas públicas que priorizassem mudanças estruturais, em vez de apenas resultados numéricos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa, que consistia em analisar criticamente as condições de trabalho dos docentes na capital e região metropolitana cearense, foi plenamente atingido, no qual isso se deve à abordagem ampla dos fatores que impactam a docência, como a sobrecarga de trabalho, a desvalorização profissional e as condições precárias enfrentadas pelos professores. Por meio da coleta de dados quantitativos e qualitativos, foi possível compreender os desafios enfrentados pelos docentes e suas consequências para a qualidade do ensino e a permanência na carreira.

Além disso, os principais resultados indicaram que a precarização da docência no Ceará está diretamente associada à falta de suporte institucional, à pressão por resultados, ao assédio moral por parte de gestores e à ausência de políticas públicas eficazes. Desse modo, os dados coletados demonstraram que a maioria dos professores já sofreu algum tipo de abuso ou perseguição dentro do ambiente escolar, o que compromete não apenas sua saúde mental, mas também sua motivação para o exercício da profissão. Outrossim, as contribuições teóricas deste estudo se destacam ao ampliar a discussão sobre a precarização da docência, fornecendo um embasamento crítico e reflexivo sobre os desafios enfrentados pelos professores, no qual ao dialogar com a literatura existente e apresentar novas evidências empíricas, esta pesquisa colabora

para um entendimento mais amplo das condições de trabalho docente e de suas implicações na qualidade da educação.

Ainda assim, os principais resultados indicam que 95% dos professores consideram as suas condições de trabalho ruim, seja pela baixa remuneração, pela falta de materiais básicos ou pela necessidade de distribuir múltiplas funções além da docência. Outro achado relevante é a discrepância salarial entre municípios, variando de R\$ 18,00 a R\$ 35,00 por hora/aula, evidenciando um cenário de desigualdade acentuado dentro do próprio estado. Ademais, demonstramos que 78% dos docentes consideram as capacitações oferecidas irrelevantes para a prática pedagógica, enquanto 74% exigem exercer atividades que não deveriam ser de sua responsabilidade. Consoante a isso, tem-se também que os resultados observados também foram a escassez de professores capacitados nas áreas de ciências exatas, a sobrecarga de trabalho dos docentes, a alta evasão de profissionais da carreira e a resistência dos alunos às metodologias ativas de ensino, devido à falta de infraestrutura adequada. Além disso, a pesquisa destacou que a falta de políticas públicas eficientes para a valorização dos docentes contribui para o agravamento do problema da escassez de profissionais, especialmente nas regiões metropolitanas do estado, como Pacatuba e Maranguape.

À vista disso, não foram identificadas limitações que comprometessem a validade e a abrangência do estudo. Dessa forma, os métodos utilizados permitiram uma análise da realidade enfrentada pelos professores, garantindo a confiabilidade dos resultados obtidos. Assim sendo, a triangulação dos dados coletados por meio de questionários e entrevistas possibilitou uma compreensão mais ampla das dificuldades vivenciadas no cotidiano escolar. Nesse viés, uma outra contribuição teórica desta pesquisa reside na sistematização de um panorama sobre a precarização da profissão docente no Ceará, consolidando dados quantitativos e qualitativos que evidenciam como a falta de reconhecimento profissional compromete a qualidade da educação. Outrossim, propõe-se a implementação de políticas como o Fundo Estadual de Equalização Salarial (FEES) e plataformas interativas de formação continuada, como alternativas para amenizar os problemas identificados.

Além de que, as contribuições teóricas deste trabalho estão relacionadas também à compreensão das dinâmicas de desvalorização da profissão docente e à reflexão sobre as implicações dessa escassez no ensino de qualidade. Desta forma, a pesquisa também trouxe à tona a importância da implementação de políticas públicas que valorizem a formação e retenção de professores, especialmente nas áreas e regiões com maior déficit. Além disso, ao integrar

abordagens sobre metodologias ativas e a necessidade de suporte educacional nas escolas, este estudo propõe uma reflexão sobre a importância de um ambiente educacional estruturado para que as metodologias sejam eficientes.

Sendo assim, para pesquisas futuras, sugere-se a ampliação do escopo de investigação para outras regiões do Brasil, permitindo um comparativo entre diferentes contextos educacionais. Além do mais, seria relevante aprofundar a análise das políticas públicas que visam à valorização docente, bem como propor estratégias concretas para mitigar os impactos da sobrecarga de trabalho e da desvalorização profissional. Dessa maneira, espera-se que este estudo contribua para a construção de um debate mais amplo sobre a necessidade urgente de melhorias no cenário educacional. E, também, sugere-se ampliar a análise das políticas voltadas para a valorização docente, investigando de que maneira as reformas educacionais podem contribuir para a mitigação das desigualdades regionais. Desse modo, recomenda-se que novos estudos explorem o impacto do FEES em estados que já implementaram medidas semelhantes, além de examinar como a aplicação de metodologias ativas pode reduzir a sobrecarga de trabalho dos professores, promovendo uma prática pedagógica mais equilibrada e eficiente. Por fim, sugere-se também que as próximas pesquisas ampliem a pesquisa para outras regiões do país, buscando comparações entre estados com diferentes políticas de valorização docente. Além do mais, seria interessante investigar mais a fundo as implicações da falta de suporte psicopedagógico nas escolas, considerando a saúde mental dos professores e o impacto no processo de ensino-aprendizagem. Isto posto, outra sugestão seria realizar pesquisas com a participação ativa de gestores educacionais, para que se possa compreender melhor as barreiras institucionais e como as políticas públicas podem ser ajustadas para responder efetivamente a esses desafios.

REFERÊNCIAS

FREIRES, K.C.P.; SALES, F.O.; SILVA, M.A.M.P.; SILVA, M.C.; VASCONCELOS, A.F. Desafios da desvalorização docente e da sobrecarga de trabalho na educação: impactos na qualidade do ensino e no bem-estar dos professores. **Revista Internacional - Brazilian Journal of Education**. Natal/RN, v. 1, n. 1, p.11-25; jan./mar. 2023. Disponível em: <https://www.brazilianjournalofeducation.com/v1n1-02>. Acesso em: 21 mar. 2025.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2024**. Brasília: INEP, 2024.